



É editado hoje o último número de 2007 da Acta Pediátrica Portuguesa (APP), o qual reúne um leque de artigos sobre tópicos actuais de muito interesse, ocupando, para além dos Comentários editoriais e Artigo de opinião, as rubricas Artigos originais, Casos clínicos, Consensos e Crítica de sítio da Internet.

Apraz-me registar as proveniências mais diversas dos autores, exercendo em instituições do norte ao sul do País, salientando que alguns estudos são o resultado de parcerias entre serviços hospitalares, universidades e centros de cuidados primários. Na qualidade de director da APP, registo com satisfação tal facto, traduzindo atitude de cidadania científica e profissional dos autores, em sintonia com os objectivos da APP e da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP).

Comentarei alguns aspectos dos artigos, sem qualquer intenção de me sobrepor aos comentários editoriais sobre alguns deles, comentários que, nesta circunstância, fiz questão em desconhecer, tentando isenção.

No Serviço de Pediatria do Hospital Garcia de Orta (Almada) foi elaborado um estudo sobre “*Recém-nascidos na Urgência Pediátrica Hospitalar*”, um tópico cada vez mais actual, que está relacionado em parte com uma prática comum a outros países - as altas cada vez mais precoces da maternidade. Excluindo o contexto da instituição onde se realizou o estudo, e falando em geral, de facto, tal procedimento implica a garantia de apoio extra-hospitalar a cargo de profissionais de saúde com competências específicas, designadamente, a detecção de situações para encaminhamento hospitalar. Os autores concluem, efectivamente, que “a maioria das situações observadas no serviço de urgência não foram consideradas urgentes”. Havendo um pediatra consultor no quadro dos centros de saúde, muitas das visitas aos serviços de urgência não poderiam ter sido evitadas? Qual o papel, neste âmbito, das novas estruturas designadas por Unidades de Saúde Familiar (USF), tão apregoadas pelo Ministério. Já vamos na 105ª inaugurada!

Quanto ao artigo sobre a “*gravidez na adolescência*” - Portugal é um dos países com maior taxa de gravidez em adolescentes - as conclusões dos autores são óbvias mas importantes. A este propósito, permitam-me os autores uma associação

de ideias com a tese de doutoramento de JM Ramos de Almeida, realizada há mais de 15 anos, mas ainda actual. Considero a sua leitura obrigatória, como complemento deste artigo publicado na APP.

Publica-se um artigo sobre o “*transporte automóvel de lactentes e crianças - conhecimentos e atitudes de mães portuguesas*” que tem a ver, na minha perspectiva: não só com os deveres dos cidadãos – no pressuposto de serem instruídos pelo Estado, o qual tem o dever de propiciar cultura, educação e instrução; com o empenho e formação dos profissionais no respeitante a medidas preventivas deste âmbito; mas igualmente com o dever ético de as instituições propiciarem condições de transporte em segurança (cadeiras com sistema de retenção adequado) quando as famílias não o possuírem; lembremo-nos de que há precariedade e pobreza em Portugal (cerca de 2 milhões de habitantes) e que nem todas as famílias terão as condições ideais para continuarem a garantir transporte em segurança. Não quero comparar Portugal com o elevado padrão assistencial dum país exemplar que é a Noruega, em que cada cidadão com deficiência tem direito a uma cadeira de rodas eléctrica, e não sei se os centros de saúde estão em condições de emprestar cadeiras para transporte automóvel de crianças. Faço aqui também uma associação de ideias com o pioneirismo altamente louvável do Hospital de Viseu, em garantir o transporte em segurança de RN após a alta, ideia que já tem sido aplicada noutras instituições.

A leitura doutro artigo interessante - “*transição fetal-neonatal no recém-nascido de muito baixo peso (RNMBP)*” - contribui para rever a fisiopatologia desta fase curta mas fascinante da vida do ser que é a transição da vida intra-uterina em meio “aquático”/líquido amniótico para a vida extra-uterina. Entre todos os fenómenos, o mais espectacular é o início da função respiratória, em que os pulmões passam de “órgão maciço preenchido pelo líquido pulmonar fetal, diverso do líquido amniótico, a órgão oco” para receber ar após o primeiro movimento respiratório. Os autores, demonstrando a maior vulnerabilidade do RNMBP, implicitamente levam-me a reflectir sobre a especificidade das “medidas de suporte” que referem. Com efeito, para reanimar um RN com prematuridade extrema (<1.000 gramas) serão necessários treino mais apurado, competências específicas e maior experiência, do

Correspondência:

João M Videira Amaral
Acta Pediátrica Portuguesa
Director
spp.mail@ptnetbiz.pt

que para reanimar um RN de termo não BP, sem factores de risco. Hoje em dia, em todos os centros com recursos, cada vez mais se promove o treino (sempre tutelado, permitam-me a redundância intencional) do formando através de manequins/modelos em cenário de simulação e ao estilo de actuação suave não traumatizante, com se de “flor de estufa” se tratasse – com dizia Mary Crosse...

No artigo de opinião, António Macedo remete necessariamente o leitor para os conceitos de Ética pela abordagem profunda duma questão equacionando, na minha perspectiva, as seguintes ideias-chave que podem entrar em conflito: direitos do feto, legitimidade e legalidade.

No que respeita a casos clínicos, esta edição inclui ainda dois artigos sobre estudo de séries e um outro sobre relato de caso único.

Sobre “*Piomiosite no decurso da varicela*”, há a salientar que em nenhuma criança com tal morbidade - “pouco frequente nos climas temperados”, como referem os autores - tinha sido aplicada a vacina, já disponível no mercado. Tal não é de estranhar, no entanto, pois não faz parte do Programa Nacional de Vacinação. Este é um tópico quente para reuniões científicas nas rubricas muito em moda em reuniões científicas em que peritos frente a frente debatem prós e contras, o que já aconteceu em eventos da SPP. Conheço os argumentos (científicos e idóneos) dos que são contra a vacina e respeito-os, não me cabendo expressar aqui e agora o meu. Mas, a este propósito, desejo recordar Claude Bernard que deixou escrito: “*Em ciência o importante é mudar as próprias ideias à medida que a ciência progride*”... Será pois motivante para o leitor rever a literatura mais recente sobre o estado da arte no início de 2008.

Em “*Mastoidites na idade pediátrica*”, artigo com implicações importantes para o clínico, na minha perspectiva há uma ilação a tirar: toda e qualquer otite média aguda é acompanhada de mastoidite, inicialmente assintomática, cuja evolução poderá ser desfavorável em função do tipo de tratamento inicial. Os autores concluem que a miringotomia “deve ser mais considerada nestas situações”... Será que hoje os otorrinolaringologistas fazem menos ou mais miringotomias na otite média aguda sem sinais óbvios de mastoidite?

O “*Tromboembolismo venoso*” é documentado na descrição de um caso em criança de 6 anos em que o estudo exaustivo e criterioso da coagulação não identificou anomalias. Como leitor, admito que o caso poderá passar a ser incluído futuramente no grupo dos 95% de “não idiopáticos”.

Na rubrica Consensos, as “*Recomendações sobre vacina anti-hepatite A*”, em colaboração das Secções da SPP de Infecção e de Gastroenterologia e Nutrição, constituem outro motivo de interesse para a leitura desta edição.

Na era da globalização, torna-se indispensável que uma revista científica permaneça actualizada, o mais possível “em tempo real”, com se diz habitualmente. Nesta perspectiva, o Coordenador de Edição, Daniel Virella, procede a uma informação sobre sítio da Internet, neste caso, da chamada SISA – Simple Interactive Statistical Analysis, chamando a atenção para o interesse da sua consulta, tanto mais que não exige qualquer instalação de programa suplementar no computador.

Na sequência desta análise e para terminar este Editorial, cumpre-me desejar a todos os leitores um BOM ANO de 2008, pleno das maiores prosperidades, com êxitos científicos e profissionais em saúde, paz e bem-estar.

Um cumprimento especial de admiração pela excelente obra realizada pela Direcção da SPP cessante em Outubro de 2007, na qual se inclui o estímulo e facilidades propiciados à equipa editorial; na pessoa do Presidente, Dr. Gonçalo Cordeiro Ferreira, cumprimento igualmente os restantes membros.

Também um cumprimento especial à actual Direcção da SPP para o próximo triénio, na pessoa do seu Presidente, Dr. Luís Januário, a quem desejo, em nome pessoal e da restante Equipa Editorial da APP as maiores felicidades.

João M Videira Amaral
Director da Acta Pediátrica Portuguesa